

O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DAS ENTIDADES ESTUDANTIS ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL PÓS-ABERTURA POLÍTICA: Algumas permanências e mudanças.

Rafaelle Narriman de Farias Ponce Leon
Pedagoga/rafaellenarriman@hotmail.com.

Rosângela Chrystina Fontes de Lima
Mestranda/PPGE-UFPB/rosangelacfl@gmail.com

Palavras-Chave: Movimento estudantil, movimentos sociais, educação.

1. Introdução:

Este trabalho traz um recorte dos resultados obtidos em nosso Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: A INCERSSÃO DOS JOVENS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARAÍBANO PÓS-ABERTURA POLÍTICA (1980 – 1985); apresentado em Dezembro de 2006, para obtenção do título de Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Temos como propósito analisar as atitudes políticas que os jovens líderes estudantes tomaram após os anos de repressão, isto é, no período compreendido entre 1980 a 1989. Pretende, portanto, analisar a atuação da juventude paraibana e sua inserção nas entidades representativas, tais como juventude de partidos políticos, grêmios e/ ou centros cívicos, uniões municipais e estaduais de estudantes, diretórios acadêmicos dentre outros.

2. O Movimento Estudantil enquanto Movimento Social: Algumas Permanências e Mudanças.

Historicamente a relação movimentos sociais e movimento estudantil têm um elemento de união, a “reivindicação” que se constitui como base de suas organizações. Tanto um como o outro lutam pela ampliação da cidadania. Nesse sentido,

Já são bem conhecidos muitos estudos que atribuem aos movimentos reivindicatórios a qualidade de despertar e fomentar entre seus militantes a consciência de cidadania. No entanto, isto é insuficiente para que se tornem força social. (Soares e Costa, 1992:75)

A reivindicação só se constituirá em um passo a mais na luta pela transformação social, quando tornar-se um posicionamento político. Daí surge dentro dos movimentos sociais, inclusive o movimento estudantil, o cidadão coletivo. Para Gohn (1992, p. 15) “O cidadão é o homem civilizado, participante de uma comunidade de interesses, solidário com seus pares”.

Tanto o movimento estudantil, quanto os diversos movimentos sociais tem formas de organizações diferenciadas em função das especificidades de suas demandas e dos seus projetos políticos – ideológicos. Entretanto, tendem a se unir a fim de alcançar seus objetivos. A isso chamamos de ações coletivas.

É compreensível e claramente perceptível que a juventude mostre-se aberta a mobilização social e política, tanto em nome de interesses próprios (ou de categorias específicas em que são majorias), como em nome de interesses mais gerais. O certo é que as rupturas políticas, econômicas e sócias se tornaram, ao longo da história, uma constante e nelas as mobilizações dos jovens e especificamente os estudantes, tiveram um papel importante.

Porém, é significativo destacar que, os movimentos em geral, tendem a ganhar força e importância caso consigam articular grande número de pessoas por um vasto território. Assim, as organizações militantes estudantis fomentam a articulação de grande número de jovens, em todo o Brasil. É o caso, por exemplo, da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma das primeiras organizações de representação estudantil com dimensão nacional. Esta organização criou um canal permanente de contato com os estudantes das diversas regiões do país, fortalecendo assim o próprio movimento. Contudo, a UNE de fato só começou ganhar força enquanto movimentos de caráter social quando passou a atuar contra o eixo fascista da Segunda Guerra Mundial e contra a ditadura estadonovista. Com a queda do regime democrático, em 1964, os estudantes passaram a atuar firmemente contra a ditadura. Além do caráter geral da luta política, existe uma reação contra os planos do novo regime. Ademais, os estudantes lutaram em defesa de suas entidades representativas, pois foi decretada a ilegalidade da UNE, das Uniões Estudantes dos Estados e dos Diretores Acadêmicos. De modo geral, a participação maior ou menor do movimento estudantil decorre em grande parte da existência ou não de movimentos sociais mais abrangentes e de questões que efetivamente mobilizaram diversos segmentos sociais e os estudantes em particular. Um exemplo foi a campanha “O Petróleo é Nosso”, de amplitude nacional e a luta em favor da constituição e consolidação dos “Grêmios Livres”, de interesse específico da classe estudantil. Segundo Poerner (1979) no caso da

campanha do petróleo houve resistência do comando da UNE a uma participação mais ativa; os estudantes, contudo, foram para as ruas e participante obrigaram a entidade a tomar posição.

Portanto, o ME enquanto MS caracteriza-se tanto como um movimento que objetiva atender os interesses da coletividade, como também a atender os interesses específicos da classe estudantil, conforme nos lembra Gohn (1992, p.104), independente do envolvimento político – partidário “as lideranças estudantis, (...) estavam perfeitamente sintonizados com as principais reivindicações da categoria, no que diz respeito ao cotidiano da vida escolar”.

De acordo com a autora, o ME muitas vezes restringe-se a defender ou mesmo resolver problemas restritos ao contexto estudantil, tais como: Criação e amplificação de bibliotecas, criações e fortalecimento dos grêmios, luta pelo direito a meia passagem e contra o aumento abusivo dos transportes públicos, transformação de currículos, mais verbas para o ensino público, reforma universitária entre outras reivindicações.

3. O processo de reconstrução das entidades estudantis pós-abertura política

A União Nacional dos Estudantes havia realizado seu último congresso em 1968. No entanto, houve tentativas de realizá-los nos anos subseqüentes, porém sem êxito. Desde então a idéia de reconstrução da entidade crescia em todas as esferas representativas da sociedade (entidades representativas dos profissionais - sindicatos, organizações de bairro – Associações, e comitês de luta) e do movimento estudantil. O XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes, que recriou a entidade, realizado em Salvador em 1979, discutiu e aprovou uma serie de princípios que, estabelecia a UNE como entidade máxima e representativa dos interesses e direitos dos estudantes brasileiros, sendo esta livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes, devendo lutar pelo ensino gratuito em todos os níveis, bem como, lutar contra todas as formas de opressão, discriminação e exploração, prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores e demais interesses da sociedade.

Além da carta de princípios, o Congresso de reconstrução da UNE estabeleceu quais seriam as campanhas de luta a serem levadas aos estudantes de todo o país, tais como:

- Lutar contra o ensino pago;

- Requerer mais verbas para a educação;
- Reivindicar a anistia, ampla, geral e plena;
- Fomentar a filiação de entidades de base (diretórios e centros acadêmicos) a UNE;
- Lutar por uma Assembléia Constituinte, soberana e livremente eleita;
- Defender a Amazônia.

A maioria dos delegados que foram a Salvador, inclusive os paraibanos, estabeleceram ainda que, a UNE teria como principal órgão de decisão o Congresso da UNE, que passaria a ser anual. O segundo órgão seria o Conselho Nacional de Entidades de Base, que poderia ser convocada pelos diretores ou por um terço dela. Na mesma ordem, o Conselho Nacional de Entidades Centrais (União estudantis a nível regional, estadual e municipal, além dos diretórios centrais). Por fim, a diretoria da UNE, que teria seus poderes reduzidos, ou melhor, fiscalizados. Desde o início das discussões sobre a reconstrução da UNE, defendeu-se a idéia de que ela deveria ser reconstruída por inteiro, com diretoria regular sempre eleita democraticamente durante a realização dos congressos e o mandato seria de um ano, quando então seria substituída. Assim, a diretoria seria composta a partir da escolha direta dos estudantes.

O poder de voto ficou atribuído aos delegados, que representavam à opinião e os interesses de centenas de estudantes de suas cidades e Estados de origem que, por motivos variados não poderiam estar presentes as assembleias do congresso nacional, mas que teriam seus direitos de voto assegurados e delegados as suas lideranças. A Paraíba sempre teve forte participação e tradição nos congressos estudantis, sempre representada por uma substancial delegação, como ocorreu no XXXI Congresso da UNE.

Quadro I

Número de Delegados Presentes no XXXI Congresso da UNE1979

Estados	Nº. de Delegados
---------	------------------

Bahia	251
Distrito Federal	38
Minas Gerais	281
Paraíba	103
Rio de Janeiro	317
São Paulo	597
Total parcial	1587

Fonte: Boletim dos estudantes da Bahia – BEBA/UFBA – Diretório Central dos Estudantes - Junho de 1979

A reconstrução das entidades do movimento estudantil veio aos poucos, em todo o país, e na Paraíba, este processo se iniciou a partir dos anos de 1980. Algumas entidades secundaristas conseguiram fortalecer a sua atuação nos chamados Centros Cívicos, na sua maioria localizados em algumas cidades do interior do Estado e começou daí um movimento de ordem regional e nacional pela reabertura dos grêmios e pelo renascimento da UBES, que assim como a UNE, passou a atuar na clandestinidade extinta pelo regime militar (1969 - 1980). A consolidação aconteceu com muito esforço ao longo da década de 1980. Segue abaixo quadro com o nome dos presidentes da UBES desde a sua criação até fins da década de 1980.

Quadro II

PRESIDENTES DA UBES (1948 – 1988):

ANO	PRESIDENTES
1948	Luís Bezerra de Oliveira Lima
1949	Carlos César Castelar Pinto
1950	Lúcio Abreu

1951	Tibério César Gadelha
1952	Édson Fontoura
1953	Dinéas Aguiar
1955	Nissin Costiel
1956	Helga Hoffman
1957	José Luís Clerot
1958	Celso Saleh
1959	Raimundo Nonato Cruz
1960	Jarbas Santana
1961	Alcino Pinheiro do Rego
1962	Políbio Braga
1964	Olímpio Mendes
1965	Não há informações
1966	Não há informações
1967	Tibério Canuto
1968	Marcos Melo
1969 a 1980	UBES extinta pelo regime militar
1981	Sérgio Amadeu da Silveira
1982	Não houve congresso
1983	Apolinário Rebelo
1984	Delcimar Pires
1985	Selma de Oliveira
1986	Rovilson Brito
1987	Altair Lebre
1988	Manoel Rangel
1990	Não houve congresso

Fonte: Site: www.memoriaestudantil.org.br



Entre os anos de 1980 e 1985, observamos de acordo com as notícias vinculadas ao jornal paraibano - A União, que os então Centros Cívicos e demais entidades representativas da classe estudantil, foram suprimidos. Tendo apenas notícias de centros cívicos fundados no interior do Estado em diversos municípios.

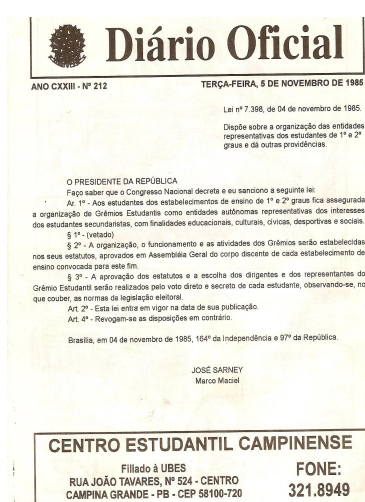
Foto 1: Diretoria de Centro Cívico de Catolé do Rocha.
Fonte: Jornal A União, 6 de

Os Centros Cívicos se tornaram naquele momento histórico do movimento estudantil, uma saída para a juventude continuar ativa e de algum modo, organizada, uma vez que, os principais grêmios foram fechados, e

aqueles que ainda existiam estavam subordinados a direção das escolas, ou seja, não tinham nenhuma autonomia, como foi o caso do Lyceu Paraibano.

Outro fator de dificuldade para o movimento estudantil, em particular, o secundarista, era o financeiro, uma vez que, não contavam com as verbas das carteiras de estudante que passaram a ser controladas e confeccionadas pelo Estado. A saída encontrada pelo movimento foi à organização de festivais, para angariar fundos e financiar as atividades dessas entidades.

Com o início da redemocratização do Brasil e do processo de anistia política, ocorreu uma retomada natural, porém lenta, da reconstrução dos grêmios estudantis. Esse quadro foi revertido através do esforço coletivo de estudantes de todos os recantos no Brasil, tanto de nível superior como de nível médio, tais desdobramentos do movimento estudantil e, dos movimentos sociais como um todo, resultaram na Lei Federal nº 7398, de quatro (4) de outubro de 1985, de autoria do deputado federal Aldo Arantes, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus, atual ensino fundamental e médio. O movimento estudantil adquiriu novamente caráter legal, quando a referida Lei, foi sancionada no dia 4 de novembro de 1985, pelo então Presidente da República, José Sarney. Segue abaixo uma reprodução do decreto da Lei dos grêmios livres:



Na Paraíba, após a Lei dos grêmios livres, gradualmente as instituições estudantis iniciaram seus processos de reconstrução, como foi o caso do Centro Estudantil Campinense – CEC, em 1985, que representava todas as principais cidades do interior do Estado. Na capital, somente em 1988, ocorreu a reconstrução da União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas – UPES.

tro Estudantil
12, 5 de

4. O processo de engajamento das entidades estudantis e de seus representantes com os partidos políticos na

Paraíba.

Entre os anos de 1980 a 1988 os estudantes paraibanos vão às ruas reivindicar mudanças na política nacional e local. Em 1981, foi apresentada e votada a Emenda Constitucional que permitiu eleições diretas para governadores dos Estados da Federação. O povo brasileiro contagiado por esta Emenda e por eventos promovidos por partidos políticos por todo o país, inclusive, na Paraíba, saíram às ruas para poder manifestar suas opiniões. Na Praça da Sé, em São Paulo, durante as comemorações de aniversário da cidade, havia milhares de pessoas, entre essas, estavam presente militantes das organizações estudantis gritando e reivindicando eleições diretas para Presidente da República.

Na Paraíba, em 1981, em ato público favorável a Constituinte (promovido pelo PT, DCE da UFPB, Ala Jovem do PMDB, Jornal "A Hora do Povo", Centro de Defesa dos Direitos Humanos, dentre outras entidades), no viaduto Damásio Franca, representantes da Ala do PMDB Jovem, Aurélio de Aquino expôs em entrevista concedida a grande imprensa o seguinte: "(...) *a necessidade de se adotar uma política da maioria que seja contraposta à política do regime atual, para que o povo, os operários, os estudantes e outras categorias oprimidas tenham vez, com uma política mais viável para a maioria*". (Jornal A União -17/02/1981)

O engajamento dos jovens com os partidos políticos, sendo muitas destas, lideranças estudantis, tramitou em todo o país, principalmente lançando candidatos a vereadores, deputados estaduais e, disputando eleições internas das próprias entidades estudantis, tais como os DCE's e a própria UNE e UBES, recebendo apoio dos partidos no qual estavam inseridos.

A participação do movimento estudantil com os partidos políticos é muito antiga. Na Paraíba, no período analisado temos informações que estudantes tinham ligações com os partidos políticos. No momento em que, a Paraíba completou 400 anos de existência o Jornal A União entrevista o então deputado e secretário da Comissão organizadora do evento do IV Centenário da Paraíba, Rui César Leitão (ex-vice-presidente do grêmio estudantil do Lyceu Paraibano), que expôs sua visão sobre a importância do ME para a formação de uma consciência política:

A participação política do estudante nas direções e nos grêmios é que permite a formação de líderes. É a partir daí que ele discute mais os assuntos de interesse da coletividade, diminuindo o percentual de alienação da juventude.
(Jornal A União, 8 de outubro de 1985)

Em vários municípios os estudantes paraibanos, galgaram e ainda galgam espaços na política partidária, participando de partidos políticos que foram favoráveis

ou não a ditadura militar. Dos partidos que temos notícias vinculadas ao periódico pesquisado são: PDS, PMDB e PT.

Os estudantes vinculados de forma direta (filiação) ou não (simpatizantes), dos três partidos supracitados, temos indícios de que, na capital, o estudante Rodrigo Toscano de Brito Borges assumiu a vice-presidência do PDS – Jovem de João Pessoa e lançou sua candidatura a uma vaga na Câmara de vereadores, em 1981. Na verdade ele já contava com o apoio de comunidades de alguns bairros da cidade.

Entre os líderes dos bairros que pretendem ajudá-lo durante sua campanha estão os srs. Vicente Lavor e Assis Franca. Rodrigo Toscano de Brito, ao mesmo tempo, pretende ajudar Judivan Cabral na sua campanha para deputado estadual.
(Jornal A União, 7 de junho de 1981).

No interior do Estado, o envolvimento político da juventude também foi bastante intenso, no ano de 1982 o PMDB lançou candidato à prefeitura de Coremas o estudante Ari Cavalcanti, concluinte do curso de Engenharia.

Dentre as inúmeras notícias veiculadas no Jornal A União, uma chama nos a atenção em particular, com o título: “Estudante põe votos à venda”. A nota declarava que, as dificuldades financeiras levaram um estudante de Educação Física, Robak José de Barros, de apenas 19 anos, de Santa Catarina, a anunciar em jornais gaúchos que trocaria cinco votos de pessoas de sua família, nas eleições próximas, por uma bolsa de estudos no educandário universitário onde estudava na época, a Fundação Educacional de Criciúma (SC). Simplesmente, por que, seu salário não cobria as despesas e a mensalidade de Cr\$ 11.298 e não poder contar com a ajuda da família. O estudante assim justifica sua atitude:

O anúncio publicado na coluna “troca troca” do jornal Folha da tarde, de Porto Alegre (...) é justificado por Robak por ganhar apenas um salário-mínimo como laboratorista em uma ótica, insuficiente para cobrir suas despesas com livros, uniformes e passagens de ônibus. (...) o universitário catarinense confessa não ter preferências partidárias, por isso não se importa qual dos partidos lhe ofereça a bolsa de estudos.
(Jornal A União, 28 de março de 1982).

E prosseguiu sua justificativa, transferindo a responsabilidade para os partidos políticos, *“A atual situação de todos os partidos políticos é extremamente demagógica, voltada apenas para o interesse próprio dos candidatos, segundo ele informou a Folha da Tarde”*. (A União, 28/03/1982).

Dentro desse quadro, podemos inferir que, durante a década de 1980 houve uma efetiva participação das lideranças estudantis, bem como, de suas entidades representativas com os partidos políticos na Paraíba. Esses jovens líderes em

conjunto com as entidades realizaram manifestações, reivindicações em apoio à democratização do país, pela melhoria do ensino público, pela efetiva garantia da meia-passagem intermunicipal, dentre outros. Muitos desses jovens, almejando que essas reivindicações fossem concretizadas, filiaram-se a partidos que tinham posicionamento ideológico pertinente as causas defendidas pelo movimento estudantil.

Conclusão:

Os estudantes compõem um setor importante da sociedade, e historicamente participaram dos momentos decisivos da vida política e social do Brasil. Foram várias as tentativas de enfraquecer a união do movimento estudantil, principalmente durante a ditadura militar, quando perseguiram e colocaram na clandestinidade a UNE, a UBES, as entidades municipais e estaduais e as suas lideranças, bem como, extinguiram os grêmios e criaram os “subordinados” centros cívicos. Nada disso adiantou, mais uma vez os estudantes retornaram com força total, principalmente a partir de 1985, com a conquista da Lei do Grêmios, que foi sancionada pelo então presidente José Sarney.

Referências:

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992 (Questão da nossa época; v5);

POERNER, Arthur José. **História da Participação Política dos Estudantes Brasileira**. 2.ª Edição revisada, ilustrada e ampliada – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979;

SOARES, José Arlindo e COSTA, Salvador Soler. **Poder local e participação popular**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1992;

• FONTES:

Jornal A União, Ano LXXXIX, 1981;

Jornal A União, Ano XC, 1982;

Jornal A União, Ano XCIII, 1985;

Jornal A União, Ano XCV, 1988;

Jornal Informativo do CEC, Ano CXXIII – N. 212; 1985;

Boletim dos Estudantes da Bahia – Beba junho de 1979.

SITES:

<http://www.memoriaestudantil.org.br> – acesso em: 22 de outubro de 2006